

CAPELLANI, Danielle Zuma. Projeção e Negociação de identidades em entrevistas com candidatos à presidência da república nas eleições de 2002. Juiz de Fora, 2004. 170 p. Dissertação (mestrado em Letras – Lingüística) – ICHL, UFJF.

Vivian Faria Weiss<sup>1</sup>

Em sua dissertação de mestrado, intitulada “Projeção e Negociação de Identidades em Entrevistas com Candidatos à Presidência da República nas eleições de 2002”, Danielle Zuma Capellani, após fazer um esboço dos pressupostos teóricos da Análise da Conversa, passa a pontuar os aspectos da fala institucional.

Danielle afirma em seu trabalho que existem duas maneiras para se estudar a fala institucional: a) através do sistema de tomada de turno; b) através de características objetivas e de conceitos de ordem institucional, mandato institucional, identidade profissional e cenário.

No que diz respeito à primeira maneira de se estudar o contexto institucional, Capellani procura fazer uma análise comparativa entre a conversa cotidiana e a fala institucional, a partir das regras de construção de turnos da conversa cotidiana, descritas por Sacks, Schegloff & Jefferson (1974) – doravante SSJ (74). O seu corpus foi uma entrevista jornalística televisiva composta por um mediador e quatro candidatos à presidência nas eleições de 2002. (Luís Inácio Lula da Silva, Ciro Gomes, Anthony Garotinho e José Serra)

Baseados em um vasto corpus de dados de interações espontâneas, SSJ (74) apontaram quatorze fatos observados, que estão na base da descrição do funcionamento dos turnos de fala na conversa cotidiana, tais como: 1) uma pessoa só fala por vez; 2) ocorrências de mais de um por vez são comuns, porém, breves; 3) a passagem de um turno para o outro se dá sem intervalo de tempo e sem

---

<sup>1</sup> Mestranda em Letras – Lingüística, pela Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF. As sugestões, críticas ou discussões podem ser feitas em [vivianfweiss@ig.com.br](mailto:vivianfweiss@ig.com.br)

sobreposição; 4) a ordem dos turnos não é fixa, mas é variável; 5) o tamanho do turno não é fixo, mas variável; 6) a extensão da conversa não é previamente especificada; 7) o que uma parte diz não é previamente especificado; 8) a distribuição relativa de turnos não é previamente especificada; 9) o número de partes pode variar; 10) a fala pode ser contínua ou descontínua; 11) as técnicas de alocação de turno são obviamente usadas; 12) um falante atual pode selecionar um próximo falante ou as partes podem se auto-selecionar para começarem a falar; 13) várias “unidades de construção de turno” são empregadas; 14) os mecanismos de reparo existem para lidar com os erros e violações de tomada de turno. Essas características servem para distinguir os diversos sistemas de troca de turno.

Ao aplicar as quatorze regras propostas por SSJ (74), a autora percebeu que havia diferenças significativas entre a conversa cotidiana (estudada por esses autores) e o contexto institucional (estudado por Capellani). Apontaremos aqui apenas as regras mais importantes apontadas pela autora. De acordo com Capellani, a segunda regra (ocorrências de mais de um falante por vez são comuns, mas breves) ocorre de maneira semelhante nos dois contextos. Porém, ela aponta que na fala institucional as sobreposições de fala, quando ocorrem, são muito breves.

A regra quatro - que diz que na conversa cotidiana a ordem dos turnos é variável -, quando aplicada ao contexto institucional, de entrevista jornalística televisiva, não é legitimada porque a ordem dos turnos é fixada pelo mediador no decorrer da entrevista. Especificamente nesse contexto, há momentos de pergunta e de resposta para os candidatos.

Capellani afirma que a regra seis – sobre a variabilidade do tamanho dos turnos da conversa cotidiana – não ocorre nas entrevistas jornalísticas televisivas, pois há um tempo máximo para a entrevista que deve ser obedecido e quem é responsável por administrá-lo é o mediador. Assim, o tamanho dos turnos é restringido. Portanto, conforme pontua Capellani, a regra sete – a respeito da flexibilidade do tamanho da conversa – também não é confirmada nesse contexto de fala institucional, pois a duração da entrevista é estipulada a priori.

As regras oito e nove também são modificadas na fala institucional, segundo Capellani. A regra oito – o que cada falante dirá não é especificado previamente – sofre modificação porque as perguntas são elaboradas a priori e, apesar de os

entrevistadores não saberem exatamente o que será perguntando, eles se preparam minimamente para responder algumas questões básicas. Já a regra nove – que diz que a distribuição relativa dos turnos é fixa – se desfaz na fala institucional porque os entrevistadores são selecionados para perguntar e responder, mas somente o mediador detém o poder de alocar turnos.

As regras dez, doze, treze e quatorze, como afirma Capellani, se assemelham à conversa cotidiana. A décima regra – sobre a continuidade da fala – é legitimada na entrevista televisiva. Na regra onze – que fala sobre as técnicas de alocação de turnos -, a autora pontua que, em seu contexto de pesquisa, são feitas perguntas aos entrevistados às quais eles terão que responder. Porém, com a pré-definição dos pares adjacentes pergunta-resposta, o sistema de alocação de turnos é fixo nas entrevistas jornalísticas televisivas.

A regra treze, também confirmada no contexto de entrevistas televisivas, informa o emprego de unidades de construção de turno, como do tipo lexical, sintagmática, clausal e sentencial. E a regra quatorze, assim como na conversa cotidiana, no contexto institucional são utilizados mecanismos de reparo a si mesmo e ao outro para resolver problemas ou violações nas tomadas de turno.

Portanto, Capellani aponta que a entrevista jornalística televisiva apresenta modificações no modelo básico do sistema de tomada de turno da conversa cotidiana. No contexto estudado por ela, o institucional, há uma forte orientação no sistema de tomada de turno para o par adjacente pergunta-resposta; outras ações que fujam a esse padrão estarão sujeitas a reparo.

A autora, em seguida, apresenta uma análise de acordo com a segunda maneira de estudar a fala institucional – que se dá através de características objetivas e dos conceitos de ordem institucional, mandato institucional, identidade profissional e cenário.

Segundo Capellani, “na fala institucional, os participantes estão orientados para tarefas, identidades profissionais, restrições de conduta e procedimentos inferenciais relevantes para interagirem uns com os outros”.(CAPELLANI, 2002:32) Porém, esses aspectos não são aleatórios, e sim regidos por uma ordem interacional, o que Goffman (1983) define como um conjunto complexo de direitos e deveres interacionais no contexto de interação face a face, relacionados à

identidade individual e à de face, e às identidades macro-sociais. (CAPELLANI, 2002:32)

O primeiro conceito que a autora define é o da ordem institucional, que é o conjunto de regras que rege e organiza a sociedade. A ordem institucional, segundo ela, é responsável por operar as atividades de todas as outras instituições sociais e também regula as práticas dessas instituições.

O segundo conceito apontado pela autora, que é o de mandato institucional, também é importante para compreender a fala institucional. Ela o define como metas a serem alcançadas pelos participantes antes do encerramento da interação.

O terceiro conceito que Capellani apresenta é o de identidade profissional. Drew & Heritage (1992) dizem que a interação só será considerada institucional somente se a identidade profissional for relevante para as atividades de trabalho que estão sendo realizadas. (CAPELLANI, 2002:33)

O quarto conceito envolvido na discussão a respeito da fala institucional, na tese de Capellani, é o de cenário. A autora postula que não é o cenário que define a fala como institucional. Assim, os funcionários de uma empresa, por exemplo, podem conversar dentro do local de trabalho e a conversa ser relacionada a outro assunto, como futebol. Assim como o contrário também pode ocorrer. Pessoas que trabalham em uma mesma empresa podem se reunir em um bar, por exemplo, e conversar sobre a situação financeira da empresa.

Capellani observa que, no contexto de entrevista jornalística televisiva, o gênero de fala é institucional, pois o sistema de tomada de turno é diferente da conversa cotidiana e as identidades profissionais são relevantes para os participantes na conversa. Especificamente nesse contexto, Capellani afirma que os participantes estão engajados em perguntar e responder, sempre nessa ordem, porque para quem desrespeitar essas regras poderá haver sanções.

Em suma, a autora postula que os objetivos interacionais, o mandato institucional, as possibilidades inferenciais e as identidades profissionais dos participantes, no contexto de entrevista jornalística televisiva, caracterizam-na como um gênero de fala institucional e a distinguem do gênero básico da conversa: a conversa cotidiana.

No meu ponto de vista, Capellani tratou de maneira bastante clara as questões a respeito da institucionalidade da fala. Para fazê-lo, a autora partiu

primeiramente da aplicabilidade das quatorze regras da tomada de turno da conversa cotidiana - propostas por Sacks, Schegloff & Jefferson (1974) -, no contexto de entrevista jornalística televisiva. A autora conclui que a maioria delas funciona diferentemente do contexto da conversa cotidiana. Em seguida, ela discutiu, de modo bem didático, os quatro conceitos básicos para o estudo da fala institucional: ordem institucional, mandato institucional, identidade profissional e cenário.

Através da análise de Capellani, podemos observar como o estudo sobre a fala institucional não só é profundamente diferente da conversa cotidiana, mas como também é importante para entender a vida em sociedade, tão fortemente ligada e direcionada às instituições de toda espécie.